PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA



CONTROLADORA INTERNA MUNICIPAL

MIRELI DE OLIVEIRA FROHELICH MARQUETE

EXERCÍCIO DE 2025





I – INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) tem por objetivo elencar as ações a serem executadas pela Unidade Central de Controle Interno com base na Instrução Normativa SCI nº 002/2015, durante o Exercício de 2025, dotando a Administração de mecanismos que assegurem o cumprimento das exigências legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização dos recursos públicos, para garantir maior tranquilidade ao gestor e melhores resultados à sociedade.

O Controle Interno tem o dever de orientar e fiscalizar, adotando métodos e medidas para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas executivas prescritas em conjunto com a estrutura organizacional do Município de Governador Lindenberg, abrangendo a administração direta e indireta.

O trabalho desenvolvido pelas auditorias internas pode ser: preventivo, concomitante ou regressivo, obrigando – se a munir os órgãos e setores de instrumentos que orientam os servidores na execução de suas atribuições de forma correta. Implantar rotinas de acompanhamento voltadas para correção de eventuais desvios e vícios em relação aos parâmetros estabelecidos nas Instruções Normativas.

Com o propósito de identificar e sanar os vícios em tempo hábil, este Plano Anual de Auditoria Interna traz em seu escopo um cronograma de ações a serem desenvolvidas do Exercício de 2025, em ordem cronológica de acordo com a prioridade que a natureza dos atos administrativos exigirem.

As auditorias pró-ativas e reativas serão realizadas nos setores e órgãos incorporados nos Sistemas Administrativos estruturados em conformidade com as Unidades Executoras de Controle Interno, definidas e inseridas no Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle da Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg.





II – ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

O Sistema de Controle Interno do Município de Governador Lindenberg criado pela Lei nº 570 de 01 de Março de 2012 e revogada pela Lei nº 648 de 10 de Abril de 2013, previstos também nos artigos: 29, 70 e 76 da Constituição Estadual de 1989 e artigos: 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, visa avaliar de forma independente as operações contábeis, financeiras orçamentárias, patrimoniais e operacionais executadas pelo Poder Executivo Municipal e os órgãos da Administração direta e indireta, mediante adoção de mecanismos de prevenção, controle e fiscalização em consonância com os princípios legais.

Nesse sentido, também a Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, artigo 75, destaca a importância da atividade do controle interno, particularmente em relação à execução orçamentária, que compreende a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes administrativos e o cumprimento do programa de trabalho.

Ao mesmo tempo, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal determina, no artigo 59, que o Sistema de Controle de cada Poder, o Legislativo, o Tribunal de Contas e Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento financeiro e orçamento do Município.

Nesta esteira, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES publicou a Resolução de nº 227, de 25 de Agosto de 2011, alterada pela Resolução de nº 257, de 07 de março de 2013 e Resolução 319/2018 de 31 de julho de 2018 que dispõe sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública.

A Lei Orgânica do Município de Governador Lindenberg estabelece no artigo 48 que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle





externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes. E no Parágrafo Único, prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 008/2009, de 04/12/2009).

O PAAI tem por princípio realizar o trabalho de caráter preventivo no sentido de orientar as áreas envolvidas na Administração por meio do suporte técnico, objetivando a utilização adequada dos procedimentos administrativos e das ferramentas de controle para aplicação correta dos recursos públicos financeiros, contábeis e patrimoniais. Para tanto, esse órgão mantém uma relação harmônica, equilibrada e transparente com os diversos órgãos que compõem os Sistemas Administrativos, proporcionando orientação técnica para a execução dos trabalhos.

A Auditoria Interna é um instrumento a ser utilizado pela Unidade Central de Controle Interno para verificação dos atos administrativos, e obedece aos parâmetros legais e critérios estabelecidos no Manual de Auditoria. A Unidade Central de Controle Interno encontra – se independente ao Chefe do Poder Executivo do Município de Governador Lindenberg, com Status de Secretaria, sujeita à orientação e recomendação normativa, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, em conformidade com a Lei nº 648/2013 e o Decreto nº 4.250/2013.

III – CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO PAAI

O Plano Anual de Auditoria Interna do Exercício de 2025 foi elaborado em consonância com a legislação federal, estadual, municipal e as normas internas de procedimentos e diretrizes adotadas pela administração pública, especialmente na Lei nº 648 de 10 de Abril de 2013, Decreto nº 4.250 de 11 de Abril de 2013, Instrução Normativa SCI 002/2015 de 24 de Setembro de 2015, o Manual de Auditoria Interna e às exigências contidas na IN nº 068/2020 do TCE-ES.

As atividades planejadas no PAAI foram compatibilizadas de acordo com a capacidade de execução da Unidade Central de Controle Interno – UCCI, considerando o quantitativo de Servidores existentes.

Os trabalhos serão realizados concomitantemente em caráter preventivo e fiscalizador, conforme cronograma constante no PAAI 2025. As atividades serão desenvolvidas em conjunto com os órgãos dos Sistemas Administrativos, que participaram de forma passiva ou ativamente, interagindo de acordo com a natureza e complexidade de cada ação.

Após cada trabalho de auditoria, os resultados serão levados ao conhecimento das chefias das áreas envolvidas e ao Chefe do Poder Executivo para que adotem as providências necessárias a fim de solucionar o problema. Permanecendo as irregularidades, a UCCI enviará ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sob pena de responsabilidade solidária.

A elaboração deste Plano está alicerçada nos princípios constitucionais, consolidados na Legislação Municipal, cujas atividades foram definidas com base na conjuntura que se encontra a Administração Municipal do Poder Executivo, levando em consideração alguns fatores que possam proporcionar aprimoramento de rotinas e melhorias de resultados quanto à aplicação de recursos, além da diminuição de riscos da ocorrência de erros.

Os trabalhos de auditoria têm por objetivo fomentar a boa governança pública, aumentar a transparência, provocar melhorias na prestação de serviços da Entidade, induzir a gestão pública para resultados e fornecer segurança quanto à legalidade, legitimidade e regularidade dos atos e contratos de gestão.

Seguindo esta lógica o Plano Anual de Auditoria busca contemplar todas as áreas, tendo em vista a relevância, criticidade e materialidade das necessidades de cada uma, em conformidade com a Matriz de Risco.

400

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Baseando – se no exposto e, considerando a relevância da necessidade de cada área, foram selecionadas as seguintes áreas para serem alvos de auditorias no exercício de 2025:

1) Administração:

- > Setor de Almoxarifado e Patrimônio:
 - Controle de bens móveis, imóveis e consumo (estoque).
- Setor de Compras, Licitações e Contratos Administrativos:
 - Pregão Eletrônico;
 - Concorrência;
 - · Chamada Pública;
 - Dispensa de Licitação;
 - Inexigibilidade de Licitação;
- Setor de Recursos Humanos;
 - Follow-up Relatório de Auditoria nº 001/2020;
 - Follow-up Relatório de Auditoria nº 001/2023.
- Portal da Transparência:
 - Plano de Ação de Melhoria do Portal da Transparência.

2) Educação:

- Transporte Escolar;
 - Verificar os contratos e rotas do transporte escolar;
 - Há observância da IN SEC 01/2013 correspondente ao transporte escolar?
 - Cumprimento dos normativos do PNAT/MEC/FNDE e PETE/ES que regulamentam as transferências de recursos;
- Implementação de itens de segurança nas escolas, tais como extintores de incêndio, rota de fuga, etc;
- Aquisição de material de construção;



UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (Repasse de recursos, aplicação, Conselho Municipal e fiscalização).

3) Saúde:

- > Controle da Frota Municipal;
- Aquisição de material de construção;
- > Pagamento de insalubridade;
- Terceirização dos serviços de transporte de pacientes para outros municípios para consultas e exames médicos;
- Monitoramento das marcações de consultas médicas e exames fora do município – índice de absenteísmo;
- Locação de veículos;
- > Pagamento de horas extraordinárias;
- Pagamento de diárias.

4) Assistência Social:

- Monitoramento das atividades e programas;
- > Distribuição de cestas básicas;
- > Concessão do Benefício Bolsa Família;
- Pagamento de diárias e/ou suprimento de fundos;
- Controle da Frota Municipal;
- Avaliação das Parcerias com as organizações da sociedade civil
 Lei Federal nº 13.019/2014.

5) Finanças:

- Avaliação do cumprimento dos instrumentos de planejamento:
 PPA, LDO e LOA;
- Setor Tributário (Monitoramento da Dívida Ativa/Arrecadação Municipal);

PI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG ESTADO DO ESPIRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Pagamento de diárias e/ou suprimento de fundos.

6) Agricultura:

- > Aquisição de material de construção;
- Controle de horas máquinas;
- Controle e uso da frota de veículos;
- Controle de serviços mecânicos/borracharia;
- Pagamento de horas extraordinárias;
- Pagamento de diárias e/ou suprimento de fundos.

7) Desenvolvimento Econômico:

- Aquisição de material de construção;
- > Controle e uso da frota de veículos;
- > Controle de serviços mecânicos;
- Execução de obras e serviços de engenharia;
- Alimentação do Sistema CidadES com dados de obras públicas;
- Pagamento de horas extraordinárias;
- Pagamento de diárias e/ou suprimento de fundos;
- ➢ Fiscalização exercida pelos responsáveis pelo Código de Obras (Lei Municipal nº 617/2012) e o Código de Postura (Lei Municipal nº 1.035/2024).

8) Meio Ambiente:

- Pagamento de diárias e/ou suprimento de fundos;
- Controle e uso da frota de veículos;
- Pagamentos de horas extraordinárias;
- Processo de destinação final de resíduos sólidos urbanos.

9) Turismo, Esporte, Lazer e Cultura:

Pagamento de diárias e/ou suprimento de fundos;



UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- > Controle e uso da frota de veículos;
- > Pagamentos de horas extraordinárias;

10) Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto - SAAE:

- > Licitações, dispensas e inexigibilidades;
- > Setor de Recursos Humanos;
 - · Folha de pagamento;
 - Lançamento de hora extra;
 - Insalubridade;
 - Periculosidade;
 - Adicional noturno;
 - Plano de carreira, progressão, assiduidade;
 - Vale transporte;
 - Gratificação por assiduidade;
 - Critérios para cessão de servidor.



IV - CRONOGRAMA DE AUDITORIAS

Período	Janeiro	Janeiro	Fevereiro/Março	Abril	Abril
Área de Atuação	Recursos Humanos	Secretaria Municipal de Finanças - Setor Tributário	Secretaria Municipal de Administração	Secretaria Municipal de Educação	Secretarias diversas
Escopos da Auditoria	Legalidade dos atos de cessões, requisições e remoções de servidores; contratações temporárias; Concessões de adicionais, gratificações, auxílios e indenizações; Exercícios de funções de confiança e cargos em comissão.	Avaliar os procedimentos de inscrição e cobrança da Dívida Ativa Municipal	Avaliar: - Registro dos bens móveis, imóveis, depreciação e baixa no patrimônio público; - Registro e controle de distribuição de bens de consumo.	Avaliar a conformidade dos itens de segurança nas escolas Municipais.	Avaliar: - Confecção do Boletim de Tráfego; - Controle de abastecimento; - Responsáveis pela guarda e conservação do veículo; - Pagamento e ressarcimento das infrações de trânsito.
Objetivo da auditoria	Atestar a legalidade dos atos de gestão relativos à folha de pagamento e contratação de pessoal.	Atestar os procedimentos de inscrição e cobrança da Dívida Ativa Municipal.	Atestar os procedimentos de registro de bens móveis e imóveis, bem como o controle e distribuição de bens de consumo.	Verificar a conformidade dos itens de segurança nas escolas Municipais.	Verificar o controle e uso da frota de veículos municipais e locados.
N° Objeto da auditoria	01 Follow-up Relatório de Auditoria n° 001/2023	02 Follow-up Relatório de Auditoria nº 004/2021	O3 Controle de Bens Móveis, Imóveis e Consumo (Estoque)	itens de segurança nas escolas Municipais, tais como extintores de incêndio, rota de fuga, etc	Controle e uso da frota de veículos



-					
90	Aquisição de	Atestar a legalidade dos	Avaliar:	Secretarias	Maio
	material de	procedimentos de aquisição	 Pedido de requisição e emissão de AF; 	diversas	
	construção	de materiais conforme	- Ateste do Fiscal de Contrato;		
		necessidade das secretarias	- Liquidação e pagamento;		
	(dantes.	- Local de aplicação dos materiais.		
0	_	a legalidade		Setor	onunc
	e Contratos				
		economicidade dos	contratação; a formação do preço máximo da	Licitações e	
		principais processos relativos	licitação;	Contratos	
		à contratação e execução de	- Vigência do Contrato; Valores contratuais		
		serviços.	iniciais e posteriores aos aditivos;		
			 Critérios para acréscimos e supressões; 		
			- Valores da planilha de custos e seus itens		
			componentes,		
08	3 Controle de Horas	Atestar a execução de horas	Avaliar:	Secretaria	Junho
	Máquinas	máquinas	- Consistência das informações contidas nas	Municipal de	
			autorizacões de servicos de máquinas (horas	Agricultura	
			contratadas x horímetro):	•	
			- Confronto dos valores arrecadados.		
60	9 Terceirização dos	Atestar a legalidade dos		æ	Julho
	serviços de	procedimentos de	- Requisitos da contratação;	Municipal de	
	transporte de	contratação, execução e		Saúde	
	pacientes para	fiscalização dos serviços	prestados;		
	consultas/exames em outros municípios	prestados.	- Eficiência da fiscalização dos serviços.		
9	-	Atestar a adequação dos	Avaliar:	Secretaria	Agosto
		veículos conforme legislação	- Consistência das informações contidas nas	Municipal de	
		vigente	autorizações de saídas de veículos	Educação	
			(quilometragem x hodômetro);		
			- Indenização adicional por trecho;		
			- Atos Normativos PNATE/FNDE/MEC e		
			PETE/ES		
1	1 Pagamento de horas	Atestar o pagamento das	Avaliar a concessão de horas extraordinárias e	Secretarias	Setembro
	×				



horas extraordinárias por extraordinárias; a relevação prestado, bem como a diversas. 14 Monitoramento das Arestar a aplicação dos Avaliar o desempenho do cumprimento das Secretaria a como carago de Arestar a reputação dos Arestar a reputação dos Arestar a reputação dos Arestar a processa de contrato de Arestar a como carago do perceptivos contratos como carago do perceptivos contratos como carago do perceptivos contratos como carago do beneficiário; a conformidade dos Arestar a regularidade dos Avaliar o carago do beneficiário; a conformidade com carago do beneficiário; a conformidade com carago do beneficiário; a compras, Arestar a regularidade dos Arestar a legalidade com carago do beneficiário; a compras, Arestar a legalidade dos Arestar a conformidade dos Arestar a legalidade dos Arestar a legalidade dos Arestar a conformidade dos como carago do beneficiário; a compras, Arestar a legalidade dos atos carago do beneficiário; contratos principais processos relativos licitações e compormidade dos Arestar a conformidade dos como carago do beneficiário; contratos principais processos relativos licitação: 16 Folha de pagamento Atestar a conformidade dos atos atos atos a conformidade dos atos atos atos a conformidade dos atos atos atos atos atos atos atos at						
Monitoramento das Atestar a aplicação dos Avaliar o desempenho do cumprimento das parceiras remadas recursos transferidos para as parceiras firmadas recursos transferidos para as metas definidas no Plantia da Sociedade civil, tais como APAE, Lar Irmá Sociedade civil, por meio das parceiras sociedade civil, tais como APAE, Lar Irmá Centro de Atandimento Materno Infantii - Centro de Atandimento dos Objetivos Bartafégicos. Diárias Confirma a regularidade dos Avaliar o cumprimento dos Objetivos Bartafégicos. Diárias Confirma a regularidade e Confirma a regularidade confirmado conformidade na concessão conformidade dos conformidade dos conformicidade dos conformidade dos conformidade dos conformidade dos contratação e escrução de ficilidade dos adordos sufficionas, principais processos relativos para acrescimos es supressões: - Valores de planilha de custos e seus itens componentes, de pagamento de passada, por remoções de conformidade dos logacidade dos atos de conformados de componentes, pagamentos de		extraordinárias	aordinárias; e controle		diversas.	
Planejamento Planejamento Estratégico: PPA, indíces e o cumprimento dos estratégicos; LDO e LOA Diárias Confirmar a regularidade e conformidade na concessão de diárias a agentes políticos e servidores municipals. SAAE - Compras, Atestar a legalidade dos procedimentos de connomicidade dos principals processos relativos e conformidade e conformidade dos a fortatação; a formação do preço máximo da principals processos relativos. Folha de pagamento Atestar a conformidade dos planilha de custos e seus itens composem a folha de pessoal ativo meio das diversas rubricas pagamento. Folha de pagamento Atestar a conformidade dos encocêses, auxílios e incitações de pagamento das diversas rubricas processos relativos; contratação e execução de remoções de servidores; contratações Humanos) Folha de pagamento Atestar a conformidade dos atos de cessões, requisições e fumanos) Repagamento Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e composem a folha de pagamento. Exercícios de funções de configança e cargos de funções de configança e cargos e meio das diversas rubricas processos de funções de configança e cargos e meio das diversas rubricas processos de unições de configança e cargos e meio das diversas rubricas em composem a folha de pagamento. Atestar a lagalidade dos atos de configança e cargos e meio das diversas rubricas de funções de configança e cargos e meio das diversas rubricas em compose de servidores; configança e cargos em compose de funções de funções de configança e cargos em compose de cargos de funções de funções de cargos em conformidade dos atos de cargos e configança e cargos em compose de cargos em conformidade dos atos de cargos em conformidad	~	Monitoramento parcerias firms com as organizaç da sociedade civi	a aplicação transferidos par ções da sociec meio das paro	Avaliar o desempenho do cumprimento metas definidas no Plano de Trabalho parcerias firmadas com as organizações sociedade civil, tais como APAE, Lar Scheila, Cáritas Diocesana de Colatir Centro de Atendimento Materno Infan Mater Christi e Associação de A Terapêutico Reviver	a Soc	Setembro
Conformidade na concessão conformidade com os dias de afastamento e de diárias a agentes políticos e servidores municipais. SAAE - Compras, Atestar a legalidade, contrateção; a formação do preço máximo de Licitações e conomicidade dos processos relativos iniciais e posteriores aos aditivos; contratos processos relativos e pagamento Atestar a conformidade dos legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamento de pessoal ativo meio das diversas rubricas para archecimos e confiança e cargos de pessoal ativo meio das diversas rubricas para archecimos e confiança e cargos de pagamento. Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamentos de pessoal, por meio das diversas rubricas para archecimos e confiança e cargos en componentes. Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamento. Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamento. Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamento. Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamento. Atestar a legalidade dos atos de cessões, requisições e pagamento. Atestar a legalidade dos atos de censões de adicionais, que compóem a folha de Exercícios de funções de confiança e cargos en comfisar a legalidade dos atos de censões a confiança e cargos	÷	Planejamento Estratégico: LDO e LOA	Atestar a integridade dos findices e o cumprimento dos objetivos estratégicos.	Avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos;		Outubro
SAAE - Compras, Atestar a legalidade, Avaliar: Licitações e legitimidade dos contratação; a formação do preço máximo da contratuais principais processos relativos a contratação e execução de principais processos relativos; - Vigência do Contrato; Valores contratuais serviços. Folha de pagamento Atestar a conformidade dos tescoal ativo meio das diversas rubricas pagamento. Atestar a legalidade dos atos Atestar a legalidade dos	- :	Diarias	nar a regunidade na dias a agentidade na dias a agentidores muni		மு	Outubro
Folha de pagamento Atestar a conformidade dos Legalidade dos atos de cessões, requisições e SAAE (Recursos de pessoal ativo pagamentos de pessoal, por remoções de servidores; contratações Humanos) meio das diversas rubricas temporárias; Concessões de adicionais, que compõem a folha de gratificações, auxílios e indenizações; pagamento. Exercícios de funções de confiança e cargos em comissão.	~	SAAE - Compras Licitações Contratos	Atestar a legalidade, legitimidade e economicidade dos principais processos relativos à contratação e execução de serviços.	Avaliar: - Regularidade dos procedimentos contratação; a formação do preço máximo licitação; - Vigência do Contrato; Valores contratu iniciais e posteriores aos aditivos; - Critérios para acréscimos e supressões; - Valores da planilha de custos e seus ite componentes.	ras, tões atos	Novembro
	7		Atestar a conformidade dos pagamentos de pessoal, por meio das diversas rubricas que compõem a folha de pagamento. Atestar a legalidade dos atos	Legalidade dos atos de cessões, requisições e remoções de servidores, contratações temporárias, Concessões de adicionais, gratificações, auxílios e indenizações; Exercícios de funções de confiança e cargos em comissão.	SAAE (Recursos Humanos)	Novembro



The second			17				20							19						
			Serviços	Mecânicos/Borrachar	<u>'a</u>		Pagamento de	e	servidores	municipais				Fiscalização		iveis	-	617/2012) e Código	de Posturas (Lei	1 035/2024)
	de gestão relativos à folha de	pagamento.	Atestar a execução dos			oficinas mecânicas.	de Avaliar o pagamento de Atestar:	insalubridade a servidores	municipais					Fiscalização de obras	pelos Públicas e de	Terceiros/Avaliação de			Público.	
			Atestar a execução dos Verificar a execução e o pagamentos dos Secretarias	serviços mecânicos, bem como a	periodicidade dos veículos em manutenção.		Atestar:	- Legalidade dos pagamentos de	insalubridade;	- Laudo de avaliação das condições de	trabalho da empresa especializada da	medicina do trabalho;	- Fornecimento e uso de EPI.	obras Avaliar oportunidades de melhoria para a		considerando o desempenho operacional	interno e a prestação do serviço em si ao	munícipe.		
			Secretarias	diversas.			Secretarias	diversas.						Secretaria			Econômico.			
				Dezembro			Dezembro							Dezembro						





V - DAS DEMAIS ATIVIDADES FINALÍSTICAS DE CONTROLE INTERNO DA UCCI.

Simultaneamente às atividades de auditoria nos sistemas supracitados, a UCCI desempenhará suas funções finalísticas descritas no quadro abaixo:

ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	TIPO DE AÇÃO	Verificar os pontos de Controle no decorrer do Exercício de 2025.	 Verificar a correta apresentação dos Instrumentos em face às exigências legais 	Monitorar atendimento de prazos. Fiscalizar execução orçamentária
ATIVIDADES	PERÍODO	Mensal	Anual	Bimestral
	OBJETO	Analise dos Pontos de Controle previstos na TABELA REFERENCIAL 01 constante da IN 68/2020 do TCE-ES	Monitoramento e Fiscalização dos Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA)	Relatórios de Execução
	ATIVIDADE	-	2	8



	Orçamentária – RREO		3. Apresentar Notificações/ Recomendações
4	Relatórios de Gestão Fiscal - RGF		1. Análise e Monitoramento para atendimento de prazos.
		Semestral	2. Fiscalização da gestão fiscal (Controle da arrecadação, despesas, despesa com pessoal e metas)
			3. Controle da dívida (Operações de crédito, garantias e aval)
American Control of the Control of t	**************************************		4. Apresentar Notificações/ Recomendações
	THE TANK AND THE T		5. Fiscalizar cumprimento dos limites constitucionais
ည	Prestação de Contas Mensal	Mensal	1. Análise e Monitoramento para atendimento de prazo
9	Portal da Transparência	Permanente	1. Monitoramento e aperfeiçoamento.
7	Acesso à informação (e-SIC)	Permanente	1.Monitoramento nos prazos de atendimento as solicitações de acesso à informação.
ω	Implementação das Normas de	Anual	Monitoramento quanto ao cumprimento das normas, por parte das unidades de controle.
	Controle Interno (Res. 227/2011 TCE-ES)	Anual	2. Estudos e proposição de melhorias na implementação das normas junto as unidades executoras.
			Promoção de Seminários, Treinamento, etc. Monitoramento da divulgação dos instrumentos de
6	Ações de Transparência/Controle Social	Anual	planejamento, demonstrativos fiscais, execução orçamentária e financeira, bem como relatórios e informações, nos termos da LC



			101/2000.
70	Tomada de Contas Especial	Fventual	1. Controle de instituição e prazos.
2			2. Elaboração de parecer conclusivo (IN 32/2014 TCE-ES)
7-	Acompanhamento de diligencias, recomendações e determinações dos órgãos de controle externo.	Eventual	Atendimentos aos Tribunais de Contas.
12	Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna/2024	Anual	Elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna 2026.
13	Elaboração do Relatório de Atividades de Auditoria	Anual	Elaborar Relatório de Atividades de Auditorias realizadas em 2025.
4	Prestação de Contas Anual	Anual	 Elaboração do Parecer Conclusivo Prestação de Contas Anual. Apresentar Recomendações e verificar o atendimento e cumprimento
15	Ações de Monitoramento, Levantamento e Inspeções.	Eventual	Realizar Ações de Monitoramento, Levantamento e Inspeções.





VI – CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA INTERNA

No processo de planejamento anual é feita a estimativa de no mínimo oitenta horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

Investimentos em capacitação e educação continuada são necessários para que a equipe de auditoria se mantenha atualizada e em condições para executar seus trabalhos com competência, eficiência e eficácia.

Espera-se como resultados a melhoria na qualificação e na capacitação dos auditores, na qualidade dos trabalhos apresentados e aumentar a motivação de tais servidores no exercício de suas funções e atividades.

Dado o cronograma das atividades de auditoria, as ações de capacitação deverão ser realizadas durante todo o período de 2025, de acordo com as ofertas de cursos, podendo ser presenciais ou na modalidade à distância. Nesta data, a UCCI não tem condições de detalhar ainda todos os cursos que os servidores farão, assim como a exata programação de cursos. Mas podemos informar sobre as capacitações oferecidas pelo TCEES na forma presencial e a distância, bem como os oferecidos pela ESESP – Escola de Serviço Público do Espírito Santo.

VII – AÇÕES DE AUDITORIA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS

A Unidade Central de Controle Interno do Município de Governador Lindenberg tem por finalidade o trabalho de caráter preventivo e consultivo, tendo como objetivos:

- Assegurar a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e SAAE objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade.
- Verificar a regularidade das contas na aplicação dos recursos disponíveis,
 observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade, o fiel





cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentárias, financeiros e patrimoniais da Instituição.

No Exercício de 2025, a Unidade Central de Controle Interno executará sua programação de modo a cumprir o cronograma previsto no PAAI/2025 e realizará seus trabalhos de acordo com as normas técnicas aplicáveis a auditoria no serviço público, seguindo o Manual de Auditoria Interna do Município de Governador Lindenberg – ES. E para aprimorar a técnica de auditoria interna, um dos objetivos é buscar capacitações para a equipe de trabalho.

Os trabalhos de Auditoria a serem realizados no exercício de 2025 terão como destaques os pontos abaixo:

- Avaliação da eficiência dos "Sistemas de Controles Internos" existentes e o grau de segurança oferecido por cada um, enfatizando:
 - 1) A correta aplicação dos recursos públicos;
- A aplicação da Legislação atinente ao setor público pelos diversos órgãos dos Sistemas de Controle Interno;
- 3) Apresentação de sugestões de melhorias após a execução dos trabalhos de auditoria, visando a racionalização dos procedimentos e aprimoramento dos controles existentes e, em não havendo, implantá los.

No exercício de suas funções, a Unidade Central de Controle interno do Município (UCCI) adota os seguintes tipos de auditoria, como consta no Manual de Auditoria Interna:

1) Quanto à finalidade:

- > Auditoria de Conformidade;
- Auditoria Operacional;
- Auditoria de Gestão;



UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- > Auditoria Contábil;
- Auditoria Tecnologia da Informação.

2) Quanto à previsibilidade:

- Auditoria passíveis de Previsão: São os trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) e se subdividem conforme as seguintes segmentações:
 - Auditorias Regulares;
 - Auditorias Específicas;
 - Auditorias das Contas do Governo;
 - Auditorias não Programáveis (Especiais): São aquelas que, por imprevisíveis, não integram o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI).

VIII – ESPECIALIDADES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

1 - Conhecimentos relativos ao assessoramento à gestão:

- Recomendações, diligências e determinações exaradas pelos órgãos de controle interno e externo à instituição;
- Estrutura, organização, rotinas e mecanismos de controle interno utilizados na Instituição;
- Normas relativas à formalização do Processo de Prestação de Contas Anual.

2 - Conhecimentos relativos à atuação da Auditoria Interna:

- Normas relativas à elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna;
- Normas relativas à elaboração do parecer prévio sobre formalização da Prestação de Contas Anual.

3 – Conhecimentos relativos à gestão orçamentária:

- Execução das Receitas e Despesas;
- Formalização legal dos Convênios e Subvenções.





UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

4 – Conhecimentos relativos à gestão financeira:

- Formalização e legalidade dos processos de concessão, aplicação e prestação de contas de suprimentos de fundos/Cartão Corporativo;
- > Aplicação dos recursos oriundos de Convênios;
- Formalização dos processos de pagamentos, bem como verificar as fases de empenho e liquidação da despesa.

5 – Conhecimentos relativos à gestão patrimonial:

- > Normas relativas à elaboração de Inventários Físicos e Financeiros;
- > Sistema de Controle Patrimonial;
- > Normas relativas à ocupação de espaço físico por terceiros;
- Normas relativas à utilização de transportes;
- Sistemas de procedimentos de conservação e utilização da frota de veículos da Instituição;
- Procedimentos de incorporação e de alienação/desfazimento de bens móveis e equipamentos do patrimônio da Entidade;
- Sistemas e procedimentos de conservação e utilização de bens móveis e equipamentos, bem como o controle e movimentação de bens em almoxarifado.

6 - Conhecimentos relativos à gestão de recursos humanos:

- Condução dos processos seletivos simplificados e de concurso público;
- Formalização dos atos de concessão de afastamentos e cessões;
- Regularidade dos pagamentos referentes a gratificações;
- Formalização processual e aplicação de recursos em processos de concessão de diárias e passagens;
- Formalização dos processos de ajuda de custo;
- Formalização dos atos de concessão de aposentadorias e pensões;
- Normas relativas à condução dos processos sindicantes e disciplinares.

7 – Conhecimentos relativos à gestão de suprimentos de bens e serviços:

Normas relativas à formalização de processos licitatórios;





UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

- Normas relativas à formalização de contratos;
- > Normas relativas à execução de contratos, convênios e congêneres;
- > Normas relativas à gestão de Almoxarifado;
- Sistema de controle de Almoxarifado.

IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UCCI do Município poderá realizar avaliação e revisão da programação trimestralmente ou em qualquer época sempre que houver necessidade de alteração ou ajustes convenientes.

O PAAI é um plano de ação, elaborado com base nos princípios legais e diante das recomendações contidas no Guia de Orientação do TCE/ES materializados nas Instruções Normativas SCI nº 02/2015, 04/2015, 005/2015, 006/2013 e 007/2013, com o proposto de minimizar os riscos aferidos e erradicar o índice de irregularidades e vícios.

Ressalte-se que o cronograma de execução de trabalhos não é definitivo, podendo ser alterado, suprimido em parte ou ampliado em decorrência de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução, tais como: Ingresso dos Auditores Públicos Internos, trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos), atendimento aos Tribunais de Contas Estadual ou Federal ou outras demandas remanescentes que justifique sua inclusão.

Simultaneamente às atividades de auditoria nos sistemas supracitados, a UCCI do Município acompanhará a execução dos trabalhos das demais Unidades Administrativas e exercerá controle preventivo, concomitante ou regressivo, mediante acompanhamento das Unidades Executoras quanto à:

- a) Elaboração dos seus controles internos, visando ao seu aprimoramento;
- b) Cumprimento das Instruções Normativas editadas e implementadas para cada sistema, bem como auxiliando na edição de novas normativas para procedimento de rotinas desprovidas de regulamentação, visando



P

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG ESTADO DO ESPIRITO SANTO

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

atender o disposto no artigo 6º da Resolução 227/2011 e 257/2013 do TCEES e suas alterações.

No exercício do Controle previsto, a UCCI do Município adotará as seguintes medidas:

- a) Realizar encontros e reuniões com os servidores das Unidades para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos acerca da aplicabilidade, alcance e cumprimento das Instruções Normativas;
- Emitir pareceres e recomendações para aprimorar o controle interno, quando constatada pela UCCI a falha nos procedimentos de rotinas;
- c) Responder consultas das Unidades Executoras quanto à legalidade, legitimidade e economicidade de procedimentos de trabalho, bem como, nos casos de interpretação e/ou indicação da legislação aplicável às determinadas situações hipotéticas;
- d) Informar e orientar as Unidades Executoras quanto às manifestações e recomendações de Órgãos de controle externo que possam implicar diretamente na gestão dos sistemas;
- e) Realizar visitas técnicas preventivas nas Unidades para avaliar a eficiência dos trabalhos administrativos:
- f) Realizar demais atos de controle preventivo inerente às funções de Controle Interno da UCCI do Município.

Para planejamento deste plano foram respeitadas todas as determinações contidas na Lei Municipal nº 648, de 10 de Abril de 2013 e o Decreto Municipal nº 4.250/2013.

Governador Lindenberg - ES, 11 de Junho de 2025.

Respeitosamente,

Mireli de Oliveira Frohelich Marquete Controladora Interna Decreto n° 7.320/2025



DECRETO Nº 7.512/2025

"APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA (PAAI) EXERCÍCIO 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 60 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no Guia de Orientação do TEES e a Instrução Normativa SCI n° 002/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) para o exercício de 2025 nos termos do anexo ao presente Decreto.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Lindenberg/ES, 12 de junho de 2025.

LEONARDO RANDO FINCO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado neste Gabinete na data supracitada.

LAYARA MARIANELLI COUTO Chefe de Gabinete

de Governador Lindenberg.

m: <u>12706 73085</u>

Publicado no quadro de avisos no átrio da Prefeitura Municipal

Chefe de Gabinete do Prefeito